



Gerardo Magela

Pessoas com deficiência ouvem 16 discursos em sua homenagem no Senado

Uma semana para homenagear as pessoas com deficiência

Uma cerimônia no Plenário deu início ontem à III Semana de Valorização da Pessoa com Defi-

ciência. Em seguida, foi aberta uma exposição de painéis no Salão Negro do Congresso. **Páginas 6 e 7**

Relatório propõe rigor no combate ao aquecimento

Comissão mista deve votar hoje relatório do senador Renato Casagrande que propõe a adoção de medidas para combater as emissões de gases do efeito estufa. O objetivo é tirar o país do quarto lugar no ranking dos poluidores. **Página 8**

Professor pode ter licença para estudar

Para se atualizar, profissionais da educação poderão ter um ano de licença a cada sete de trabalho. A proposta foi aprovada pela Comissão de Educação. **Página 8**

Emenda pune ataques a ônibus

Ações como queima de ônibus e ataques a postos policiais estão na mira de emenda a projeto aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Página 4**



Novo presidente vai conduzir votação da CPMF hoje à tarde

O Plenário do Senado deve reunir-se hoje ao meio-dia para eleger o novo presidente da Casa. O PMDB, que tem a maior bancada, indicou Garibaldi Alves para o cargo. Seu primeiro desafio é conduzir, após as 16h, a votação da proposta de emenda constitucional que prorroga até 2011 a vigência da cobrança da CPMF – uma das matérias mais polêmicas do ano legislativo. **Páginas 3 e 5**

Leopoldo Silva



Sarney (D) observa Heráclito (à esq., de costas) conversar com Garibaldi, o indicado pela bancada do PMDB

J. Freitas



Na reunião com líderes, Tião Viana discute a pauta: eleição do novo presidente e deliberação sobre a CPMF

Projeto de resolução apresentado por Tião Viana, presidente interino da Casa, é aprovado pelo Plenário

Senado terá ala com nome de Antonio Carlos Magalhães

O Plenário aprovou ontem o projeto de resolução (PRS 68/07) que denomina "Ala Senador Antonio Carlos Magalhães" a área que dá acesso às Primeira e Segunda Vice-Presidências do Senado, à entrada secundária da Presidência e aos gabinetes 4 e 5 do edifício principal, primeiro andar.

A proposição é de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), que preside interinamente o Senado. A matéria havia sido acolhida pela manhã na Comissão de Educação, Cultura e Desporto (CE).

Vários senadores elogiaram a iniciativa de Tião Viana. O relator da matéria em Plenário, César Borges (PR-BA), afirmou que Antonio Carlos Magalhães exerceu em plenitude suas atividades parlamentares.

O relator na Comissão de Educação, senador Gerson Camata (PMDB-ES), ressaltou que a ho-



José Cruz

Homenagem a ACM recebe elogios de relatores e outros 17 senadores

menagem "será uma lembrança da presença desse gigante no Senado". Outros 17 parlamentares também se pronunciaram sobre o assunto.

O senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), filho do homenageado e seu primeiro suplente antes de assumir a vaga deixada por ele, agradeceu a homenagem e lembrou que o pai amava o Senado.

Pesar pela morte de Ottomar Pinto

O Senado aprovou ontem requerimento de voto de pesar pelo falecimento do governador de Roraima, Ottomar Pinto, ocorrido no começo da tarde. Ele faleceu em Brasília aos 76 anos, depois de um infarto. Ottomar estava em seu quarto mandato como governador.

O requerimento foi apresentado pelo senador Augusto Botelho (PT-RR). Mozarildo Cavalcanti

(PTB-RR), José Agripino (DEM-RN), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Delcídio Amaral (PT-MS), Kátia Abreu (DEM-TO), Alvaro Dias (PSDB-PR), César Borges (PR-BA), Marco Maciel (DEM-PE) e Renato Casagrande (PSB-ES) elogiaram o governador.

—O povo de Roraima está de luto porque tinha a confiança de que ele iria levar Roraima a um destino muito bom — disse Mozarildo.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário elege hoje novo presidente e vota CPMF

O Senado Federal realiza sessão extraordinária hoje, às 12h, para eleger o novo presidente da Casa, em substituição ao senador Renan Calheiros, que renunciou ao cargo. A partir das 14h começa a sessão deliberativa

ordinária, que tem como principal ponto da pauta a proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a CPMF. Na parte da manhã, às 10h, haverá sessão especial destinada a homenagear o Dia do Marinheiro.



Crimes contra policiais em pauta na CCJ

O projeto de lei que altera o Código Penal, dispondo sobre o agravamento das penas para os crimes de homicídio e de ameaça contra policiais, será examinado

pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Também, entre as 19 matérias em pauta, há sete propostas de emenda à Constituição (PECs) que tramitam

em conjunto e que disciplinam a candidatura do suplente de senador e a eleição para o Senado em caso de vacância. Às 10h, sala 3, Ala Alexandre Costa

Ney Matogrosso participa de ato pela valorização da pessoa com deficiência

A III Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência tem várias atividades hoje no Senado Federal. Das 9h às 13h, na Biblioteca, demonstração do uso do mouse ocular; das 9h às 17h, exposição no Salão Negro de peças ilustrativas e relacionadas ao evento; no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima, divulgação do livro *Celebridades*, da Sociedade Pestalozzi. As comissões de Direitos Humanos e Legislação

Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS) reúnem-se em audiência pública às 10h, sala 9, Ala Alexandre Costa, para debater propostas que facilitem a acessibilidade de pessoas com deficiência no meio urbano. No Salão Negro, a partir das 14h30, mostra de filmes e documentários; *talk show* com Solange Calmon e a participação de especialistas e também do cantor e artista Ney Matogrosso.

Comissão de Tecnologia analisa crimes pela internet

Na pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) está o substitutivo a projetos que tramitam em conjunto e tratam de crimes cometidos por meio da internet. Também será analisada

proposta que disciplina a atividade de *telemarketing* e institui o Registro Nacional de Chamadas. A CCT examina ainda matérias referentes ao funcionamento de emissoras de rádio e televisão. Sala 19, Ala Alexandre Costa, às 8h45.



Agendas de seminário serão apresentadas na Comissão de Educação

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto (CE) reúne-se para analisar os oito relatórios setoriais relativos às audiências

públicas do ciclo de debates "Idéias e propostas para a educação brasileira", que envolveu políticos e especialistas do tema.

As discussões incluíram o Plano de Desenvolvimento da Educação – PAC da Educação. Às 10h, sala 15, Ala Alexandre Costa

CMO aprecia relatórios setoriais

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) vai discutir e votar os relatórios setoriais ao projeto de Orçamento de 2008, com a participação de deputados e senadores. O colegiado se reunirá às 10h, 14h, 18h e 20h, sempre no Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados.

Mudanças climáticas

A Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas reúne-se para discutir o relatório elaborado pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES) sobre as atividades do colegiado em 2007, que realizou encontros em vários estados brasileiros e em Brasília. Será às 14h, sala 19, Ala Alexandre Costa.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelo senador Tião Viana

Tião Viana recebe cumprimentos por gestão interina

Durante a sessão plenária de ontem, diversos senadores cumprimentaram Tião Viana (PT-AC) pelo trabalho realizado em dois meses na Presidência do Senado. O senador assumiu o cargo após o pedido de licença apresentado por Renan Calheiros (PMDB-AL), que na semana passada renunciou ao cargo.

Mão Santa (PMDB-PI) comparou Viana ao ex-presidente Juscelino Kubitschek. Se JK ficou conhecido pela frase “50 anos em cinco”, representativa de seu chamado Plano de Metas, Viana, na avaliação de Mão Santa, fez com que seus 63 dias de interinidade rendessem como cinco anos.

– Ao longo desses meses, desses dias todos, vossa excelência engrandeceu o Parlamento. Seu comportamento fez nascer entre nós aquele otimismo que JK pregava – disse.

“Soerguimento da Casa”

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse acreditar que Garibaldi Alves (RN), candidato do PMDB à Presidência do Senado, é um bom nome para continuar o trabalho de soerguimento da Casa iniciado por Viana. O senador pedetista acha que Garibaldi, mesmo tendo pela frente apenas um ano de mandato, deveria procurar criar um espaço de debates, estipulando algumas sessões apenas para conversas e discussões.

Cristovam pediu também que Garibaldi combata “o hábito do Poder Executivo de fazer pouco e até mesmo atropelar os projetos originados no Senado em benefício das medidas provisórias”. Tião Viana agradeceu os elogios feitos por Cristovam, a quem classificou de um “combatente pelas utopias”.



Viana deixa a Presidência da Casa após dois meses como substituto

Escolhido por 13 votos a 6, senador passará hoje pelo crivo do Plenário como representante do partido que tem a maior bancada na Casa

Garibaldi Alves é indicado pelo PMDB para substituir Renan na Presidência

O senador Garibaldi Alves Filho (RN) foi escolhido na manhã de ontem – por 13 votos a 6 – como candidato oficial do PMDB à sucessão de Renan Calheiros (AL) na Presidência do Senado. O parlamentar pelo Rio Grande do Norte disputou a vaga com Pedro Simon (RS). Dos 20 senadores do PMDB, somente não votou Roseana Sarney (MA), que passou por uma cirurgia de emergência após ter quebrado o pulso no fim de semana.

A eleição do novo presidente da Casa está prevista para ocorrer hoje no Plenário, ao meio-dia. Por tradição, a escolha segue a regra da proporcionalidade partidária. Como é o maior partido no Senado, cabe, portanto, ao PMDB a indicação do sucessor de Renan, mas partidos de oposição ameaçaram se unir para lançar um nome alternativo caso o parlamentar escolhido pelo PMDB não os agradasse.

Outros três senadores – Leomar Quintanilha (TO), Valter Pereira (MS) e Neuto de Conto (SC) – chegaram a disputar a indicação do partido, mas abriram mão de suas candidaturas em favor de um nome de consenso. O nome mais forte, não só dentro do PMDB, mas também entre os opositores, era o de José Sarney (AP), ex-presidente da República e que já presidiu o Senado duas vezes, mas ele não aceitou disputar o cargo.

Mesmo tendo mantido sua candidatura até o final, Simon já havia anunciado à imprensa que o favorito era Garibaldi, e “a tendência” indicava que os demais candidatos abririam mão de suas inscrições em favor do senador potiguar.



Jarbas Vasconcelos (E) e Gerson Camata em reunião do PMDB que referendou nome de Garibaldi (C)

Em entrevista antes do início da reunião do PMDB, Renan Calheiros, que renunciou ao cargo na última semana, afirmou que o presidente escolhido tem pela frente a missão de conviver com todas as correntes da Casa, “harmonizando-as em torno de um programa de governo que complete o Brasil”.

Oposição

Segundo o líder do PMDB, senador Valdir Raupp (RO), é preciso que o partido empenhe-se, agora, em buscar o consenso fora da bancada para eleger Garibaldi Alves. Questionado pela imprensa sobre o relacionamento que o novo presidente deverá manter com o Poder Executivo, Raupp explicou que são Poderes autônomos e, por isso, é necessário que um respeite o outro e que sejam independentes.

O apoio do PSDB à candidatura de Garibaldi foi condicionado à aprovação de 12 pressupostos, que vão desde a definição de como o parla-

mentar reerguerá moralmente a Casa até a instituição de um rodízio entre oposição e governo nas relatorias de proposições.

– Se concordar com os pressupostos, sim [o partido o apoiará] – declarou o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM).

Na sessão plenária à noite, Virgílio leu os 12 pressupostos, que integram uma carta-compromisso entregue pelo líder tucano a Garibaldi.

– Estamos propondo que o Senado se reencontre com a nação – disse.

Despedida

Encerrada a reunião ontem com os líderes partidários, o presidente interino do Senado, Tião Viana, fez o anúncio de que o Plenário elegerá ao meio-dia de hoje o parlamentar que presidirá a Casa até fevereiro de 2009. Viana falou em tom de despedida e avaliou como positivo o período em que respondeu interinamente pela condução do Senado.

Candidato pretende recuperar imagem do Senado

O trabalho de recuperação da imagem do Senado será feito em conjunto com as lideranças partidárias, com diálogo permanente, e, por isso, é importante a união dos partidos ainda na eleição. Foi o que afirmou na tarde de ontem o senador Garibaldi Alves Filho, escolhido candidato do PMDB à Presidência da Casa.

– Se eu conseguir esse consenso, vou ter mais autoridade para realizar as coisas, juntamente com as lideranças, do que se partirmos para uma disputa, mesmo sabendo que a disputa é democrática. Melhor será se já na eleição nós unirmos todas as bancadas em torno desse programa que vamos discutir e aprofundar – declarou.

O PSDB havia anunciado mais

cedo que seu apoio estaria ligado à disposição de Garibaldi de assumir compromissos no sentido de fortalecer a imagem da Casa e de propor matérias consideradas importantes e polêmicas como a reforma tributária. Garibaldi revelou não conhecer a carta elaborada pelos tucanos com compromissos que ele deveria assumir uma vez eleito presidente, mas agradeceu a confiança deles e de todos os outros partidos.

– Não vejo dificuldades em assumir compromissos. Temos um fundamento, que é trabalhar pelo Senado – analisou.

Garibaldi ressaltou que vai propor mudanças na tramitação das matérias e frisou mais uma vez que buscará fortalecer a imagem da Casa, com o resgate

da credibilidade da instituição.

– Sei que credibilidade não se recupera com palavras ou discursos, só com trabalho, com o Legislativo tomando a iniciativa de propor reformas – afirmou.

O senador destacou ainda que preza a autonomia dos Poderes, numa referência a uma suposta submissão do Congresso ao Planalto.

– Os Poderes têm que ter autonomia, o que não significa confronto – disse.

Defensor da proposta de emenda à Constituição que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2011, Garibaldi ressaltou ainda que o tributo é necessário para que o governo possa executar seus programas sociais.

De jornalista a senador da República

Bacharel em Direito e jornalista de profissão, o senador potiguar Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), de 60 anos e pai de dois filhos, exerceu quatro mandatos de deputado estadual, foi governador de seu estado, prefeito de Natal e é senador pela segunda vez. Eleito senador em 2003, Garibaldi também exerceu o mandato no período de 1991 a 1994, deixando a cadeira para assumir o governo do Rio Grande do Norte, no qual ficou por dois mandatos (1995 a 1999 e 1999 a 2003). Também foi chefe da Casa Civil da prefeitura de Natal.

No Senado, Garibaldi foi relator da CPI dos Bingos. Entregou, em junho de 2006, um parecer com 1.430 páginas sobre o trabalho de um ano de investigações dessa CPI, criada para descobrir as relações financeiras de empresários, políticos e autoridades com o jogo do bingo. A CPI ouviu pessoas envolvidas em inúmeros escândalos e, ao final, pediu o indiciamento de 79 delas. A base governista reclamava da atuação da comissão, a ponto de apelidá-la de CPI do Fim do Mundo.

O parlamentar também presidiu a CPI mista que apurou irregularidades na aplicação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e foi relator da comissão mista que investigou as causas do endividamento agrícola. Desempenhou várias missões no exterior, com destaque para a Conferência Internacional dos Direitos Humanos, realizada em Viena.

Garibaldi Alves apresentou um total de 58 proposições no Senado, das quais 40 requerimentos, 14 projetos de lei, três projetos de resolução e uma proposta de emenda à Constituição (PEC). Um dos projetos de lei (PLS 359/07), resultado de seu trabalho na CPI dos Bingos, trata da exploração do jogo do bingo no país. Segundo o senador, há uma tendência mundial pela legalização dessa atividade, o que evitaria a simbiose do jogo de azar com o crime organizado.

Comissão de Assuntos Econômicos aprova medida que inclui no rol de crimes previstos na lei sobre lavagem de dinheiro a coleta de fundos para práticas que gerem pânico na população

Emenda pune financiamento de ações do crime organizado

O financiamento de ações do crime organizado poderá ser incluído no rol de crimes previstos na lei que dispõe sobre a lavagem de dinheiro, conforme determina emenda aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A medida altera substitutivo ao PLS 209/03, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que amplia as punições previstas na Lei 9.613/98.

Autor da emenda, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) explica que o objetivo é incluir artigo determinando punição a quem financia ou coleta fundos para prover “crimes contra a pessoa, com o objetivo de infundir pânico na população ou constranger o Estado”, ou seja, ações como os ataques a alvos policiais e de queima de ônibus por facções criminosas e grupos de traficantes. A mudança visa, segundo Jucá, adequar o ordenamento jurídico brasileiro à Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo, ratificada pelo país em 2005.

A modificação recebeu o apoio



Ônibus queimado por traficantes no Rio: medida objetiva coibir esse tipo de ação

do relator da matéria na CAE, Pedro Simon (PMDB-RS). Ele também apresentou voto favorável a outras duas emendas acolhidas ontem na comissão, ambas de autoria de Valdir Raupp (PMDB-RO), que alteram a redação, de maneira a corrigir erros formais do substitutivo.

As três emendas – que foram oferecidas durante o exame da matéria pelo Plenário, o que determinou seu retorno à Comissão de Assuntos Econômicos – seguem depois para apreciação da Comissão de Constituição, Jus-

tiça e Cidadania (CCJ), antes da votação da proposição em turno suplementar no Plenário.

O substitutivo obriga a instituição que atua no mercado financeiro a adotar mecanismos de controle de suas operações e a informar às autoridades sobre operações irregulares, prevendo pena de prisão para casos de omissão, entre outras medidas. O texto aumenta a pena, para até 18 anos de reclusão, para quem ocultar a origem de bens ou valores provenientes de crimes conexos à lavagem de dinheiro.

Autorizada incorporação do Besc pelo Banco do Brasil

A incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) pelo Banco do Brasil foi autorizada ontem pela CAE. Essa autorização, no entanto, ainda precisa ser aprovada em Plenário, sob a forma de projeto de resolução.

Originalmente, o Besc e o Besc Crédito Imobiliário (Bescr) deveriam ser privatizados, conforme previsto no contrato assinado em setembro de 1999, quando a União assumiu o controle dessas

instituições, visando saneá-las. Mas, após reação contrária do governo de Santa Catarina, que em 2002 entrou com uma ação suspensiva do edital de venda, o governo federal decidiu que o Banco do Brasil iria incorporá-las. Para viabilizar a operação, foi assinado um termo aditivo, que a CAE aprovou ontem.

Blindados

Foi adiada a votação, na comissão, do projeto que concede incen-

tivos para o Exército na compra de veículos blindados. Um pedido de vista coletiva transferiu para a próxima semana a análise da proposta de Aloizio Mercadante (PT-SP). O projeto (PLS 649/07) reduz a zero as alíquotas das contribuições para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na compra desses veículos.

Comissão de Orçamento solicita explicação sobre custo de rodovia

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador José Maranhão (PMDB-PB), pediu ontem ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) que explique até amanhã a denúncia de que algumas obras rodoviárias previstas no Orçamento de 2008 vão custar até R\$ 10 milhões por quilômetro. O custo de referência previsto no próprio Orçamento é de R\$ 1,76 milhão.

A denúncia foi feita pelo jornalista Elio Gaspari, em sua coluna publicada nos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*. Ele se baseou em levantamento realizado pelo deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA), o qual identificou também “vários trechos ferroviários com custos acima do normal”.

A decisão teve apoio da CMO, durante reunião destinada a discutir e votar relatórios setoriais do Orçamento de 2008. A comissão decidiu ainda pedir à assessoria jurídica do Congresso que interpele judicialmente o procurador-geral do Ministério Público junto ao



Maranhão dá 48 horas para Dnit esclarecer obras por R\$ 10 milhões o quilômetro

TCU, Lucas Furtado, para que ele esclareça declarações publicadas em *O Globo*. Na notícia, o procurador afirma ter a impressão de que “tudo é feito para permitir que membros da CMO possam cobrar doações de campanha, o que, em linguagem penal, é cobrar propina de empresário”. A declaração gerou revolta na comissão.

Na reunião, Giovanni Queiroz pediu dados complementares sobre a construção do edifício-sede do Conselho da Justiça Federal em Brasília, que tem previsão de custos de R\$ 60 milhões em quatro anos.

Cortadas à metade verbas para construção de sedes de tribunais

A Comissão Mista de Orçamento decidiu cortar à metade as verbas para construção de edifícios destinados a abrigar vários tribunais, por proposta do deputado Giovanni Queiroz. Ele argumentou que os tribunais não informaram sequer o tamanho dos edifícios e, portanto, não é possível saber qual será o custo do metro quadrado.

– O governo fica dando verbinhas para combate à prostituição infantil. Falta verba para consertar estradas e a Câmara enfrenta dificuldades para construir um novo anexo. No entanto, o Judiciário pede verbas gigantes para seus prédios, e o Congresso não questiona – afirmou.

O maior corte atingiu o Tri-

bunal Superior Eleitoral (TSE), que pediu R\$ 80 milhões do Orçamento de 2008 para construção de sua sede, em Brasília – a verba passou para R\$ 40 milhões.

Os cortes foram decididos pelo plenário da CMO, contra os votos de líderes da base do governo, durante a votação do relatório setorial Poderes do Estado e Representação, apresentado pelo deputado Carlos Eduardo Cadoca (PMDB-PE). O relatório destina recursos de R\$ 45,5 bilhões a serem divididos entre Presidência da República (que receberá R\$ 5,8 bilhões), Ministério das Relações Exteriores, Ministério Público da União (R\$ 3,1 bilhões), Judiciário (R\$ 27 bilhões) e Congresso Nacional (R\$ 7,4 bilhões).

CMA pede fiscalização de obras inacabadas

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) vai solicitar ao Tribunal de Contas da União (TCU) a fiscalização das obras da Fundação Nacional da Saúde (Funasa) executadas no âmbito do Projeto Alvorada em São Miguel do Guamá (PA).

Parecer de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sobre relatório da prefeitura daquele município, que realizou vistorias e constatou que as obras estão inacabadas, foi aprovado ontem na CMA.

Tais obras têm a finalidade de promover melhorias sanitárias nos domicílios

dos bairros Padre Ângelo e Perpétuo Socorro, o que inclui os sistemas de coleta e tratamento de esgoto sanitário e de abastecimento de água.

Flexa Ribeiro sugeriu maior aproximação do Senado com o TCU para evitar desperdício de recursos públicos.

Ao discutir o assunto, Marisa Serrano (PSDB-MS) salientou que a comissão deve também fiscalizar com maior ênfase a aplicação dos recursos relacionados ao Orçamento da União, uma vez que são os parlamentares que o aprovam.

Senadores vão ao Pará investigar denúncia

Para verificar o motivo que impede o pleno funcionamento do Hospital Regional de Santarém (PA), inaugurado há um ano, uma comitiva de senadores deverá ir ao município paraense. Requerimento com essa finalidade foi aprovado ontem em reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Flexa Ribeiro, autor da iniciativa, informou que o hospital, construído com recursos do estado e com financiamento do BNDES, demandou mais de R\$ 100 milhões em investimentos.

De acordo com o senador, o hospital foi equipado para atender cerca de 800 pessoas por dia e possui centro cirúrgico e unidade de tratamento intensivo com equipamentos avançados, mas funciona apenas durante o dia, de segunda a sexta-feira, para atendimento ambulatorial.

O presidente da CMA, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), comunicou que vai designar os membros da comissão que vão compor a comitiva, juntamente com os três senadores pelo Pará – Flexa Ribeiro, José Nery (PSOL) e Mário Couto (PSDB).

Em um dia marcado pela discussão da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, senadores acolheram mensagens que indicam autoridades

Base governista transfere para hoje votação da CPMF

O presidente interino do Senado, Tião Viana, anunciou ontem à noite que a prorrogação da vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) será colocada em votação hoje. Segundo Viana, reunidos pela manhã, diversos líderes partidários prometeram votar a matéria hoje, reservando

a sessão plenária de ontem para os encaminhamentos.

– A minha promessa eu cumpri: colocar a matéria na ordem do dia, mas o líder do governo utilizou o recurso regimental de impedir o quórum, que é de 41 senadores – disse o presidente interino, em resposta a cobrança feita pelo líder do DEM, José

Agripino (RN).

Eleição

Logo depois, a líder do Bloco de Apoio ao Governo, Ideli Salvatti (PT-SC), anunciou que na reunião de líderes foi combinado que a eleição para presidente da Casa seria às 12h e a votação da CPMF, às 16h. De acordo com ela, estiveram presentes ao en-

contro vários líderes e senadores como Marisa Serrano (PSDB-MS), mas o DEM não compareceu à reunião.

José Agripino manifestou-se contrário a encaminhamentos de votação. Para ele, o encaminhamento do DEM já está claro: votar contra a CPMF.

– Isto não pode ser tratado

como brincadeira. Queremos uma definição de como será a votação. Temos que votar – cobrou.

Já o senador Mário Couto (PSDB-PA) disse duvidar de que o governo realmente vá permitir a votação da matéria hoje.

– O governo só irá para a votação quando tiver certeza de que vai ganhar – previu.

“Quem ganha menos paga mais imposto”, diz Kátia Abreu

Kátia Abreu (DEM-TO) criticou o governo por, após tê-la acusado de retardar o relatório sobre a proposta da CPMF, durante sua tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), não querer agora votar a matéria em Plenário por falta de votos favoráveis.

A parlamentar informou que, no cafezinho dos senadores, anexo ao Plenário, a oposição montou uma árvore de Natal, cujos presentes estampam preços e valores pagos em impostos. Um perfume de R\$ 60 tem embutidos R\$ 47 de impostos; uma calça jeans do mesmo valor paga R\$ 21 de impostos; uma geladeira de R\$ 900 recolhe R\$ 600 em tributos.

A senadora também citou pesquisa encomendada pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo explicitando quanto o brasileiro gasta em impostos: quem ganha dois salários mínimos, ou R\$ 760, paga R\$ 387; já quem ganha três mínimos (R\$ 1.200) paga R\$ 451 em impostos; e quem recebe cinco mínimos (R\$ 1.900) paga R\$ 672.

– Quem paga imposto são as pessoas de menor renda – disse.

A senadora observou que a estimativa de arrecadação anual da CPMF – R\$ 40 bilhões – é maior que todo o consumo anual de arroz no Brasil (R\$ 10 bilhões).



Enquanto a CPMF não é colocada em votação, senadores discutem em Plenário propostas sobre indicação de autoridades

Plenário aprova várias indicações de autoridades

Várias mensagens do Executivo indicando autoridades foram acolhidas na sessão do Senado ontem à noite. A economista Solange Paiva Vieira e o engenheiro Ronaldo Serôa da Motta foram aprovados para a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Solange será diretora-presidente no lugar de Milton Zuanazzi.

Cinco novos embaixadores também foram aprovados. José Vicente de Sá Pimentel representará o Brasil na África do Sul e, cumulativamente, em Comores, Lesoto e República de Maurício. Ana Maria Sampaio Fernandes será embaixadora no Quênia e, cumulativamente, junto no Burundi, no Djibuti, Ruanda e Uganda. José Artur Denot Me-

deiros representará o Brasil nos Países Baixos, Afonso José Sena Cardoso na Angola e Gilberto Vergne Sabóia na Hungria.

Cade

A indicação de Fernando de Magalhães Furlan para conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) também foi aceita. Furlan, ex-procurador-geral do Cade de 2001 a 2003, irá ocupar a vaga decorrente do término do mandato de Abraham Benzaquen Sicsú, em 18 de janeiro de 2008.

Compete ao Cade orientar, fiscalizar, prevenir e apurar os abusos do poder econômico. O conselho é uma autarquia federal criada em 1962, no âmbito do Ministério da Justiça.

Durante a sabatina ocorrida

ontem de manhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Fernando Furlan destacou a criação, pelo Cade, do Setor de Dívida Ativa, que permite a agilização de cobranças e de sanções impostas a todo grupo empresarial que venha a praticar abuso de poder econômico. Na avaliação de Fernando Furlan, a autarquia, que ao longo dos anos ganhou novos instrumentos normativos, possui, atualmente, plenas condições de fazer valer as suas decisões.

O Plenário aprovou ainda a indicação do tenente-brigadeiro José Américo dos Santos para ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do tenente-brigadeiro-do-ar Henrique Marini.

Heráclito condena exigência de visto

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) criticou ontem a exigência de visto, pelo governo da Venezuela, aos jornalistas que irão acompanhar a viagem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará àquele país, nesta semana.

– Esse não é o caminho, essa discriminação é inaceitável. Afinal, os jornalistas são credenciados pelo Palácio do Planalto e, nessa condição, estão aptos a viajar a qualquer país do mundo – avaliou.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que defende a entrada da Venezuela no Mercosul, mas ressaltou que a exigência de visto aos jornalistas poderá fazê-lo mudar de idéia por ocasião da análise da matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida por Heráclito Fortes.

Crivella elogia alunos do Sistema S

Em discurso no Plenário, Marcelo Crivella (PRB-RJ) informou que o Brasil obteve o segundo lugar no WorldSkills 2007, Torneio Internacional de Formação Profissional realizado em novembro, no Japão, quando alunos do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) competiram.

Participam da competição 48 nações. O Brasil foi representado por 24 estudantes do Sistema S que foram vitoriosos na Olimpíada do Conhecimento brasileira. O país obteve Medalha de Prata em mecânica de refrigeração e tecnologia da informação.

– Eles perderam para a Coreia, mas ganharam do Reino Unido, da Suíça, do Japão, de Cingapura, da França e da Alemanha, de várias grandes nações – observou Crivella.

Alvaro sugere discussão em torno de novo modelo

Alvaro Dias (PSDB-PR) rechaçou uma eventual proposta do governo de destinar ao setor de saúde 100% da receita auferida com a CPMF em troca da aprovação da proposta que prorroga sua cobrança até 2011. Ele disse que o governo deveria ter aparelhado hospitais e contratado médicos quando instituiu a CPMF com o argumento de atender à saúde.

– Agora, na antevéspera de uma derrota, acena com uma proposta de atendimento à saúde pública? A proposta do governo não me convence – assinalou.

O representante paranaense defendeu a apresentação, no ano que vem, de uma proposta de “um novo modelo tributário capaz de impulsionar o progresso econômico com a adequada distribuição de riqueza entre todos os brasileiros”. Afirmou que o sistema tributário em vigor no Brasil cria “uma distância descomunal” do restante do mundo, além de colocar o país em desvantagem no mercado internacional.

Alvaro Dias qualificou como confisco a CPMF, que, segundo ele, arrecadou R\$ 258 bilhões em 11 anos. Ressaltou que o fim de sua cobrança “colocaria anualmente R\$ 40 bilhões nas mãos dos brasileiros para estimular o crescimento econômico”, o que, por sua vez, aumentaria a arrecadação de impostos.



Kátia Abreu critica o governo por retardar votação da proposta em Plenário



CPMF é um confisco que tira R\$ 40 bi das mãos dos brasileiros, protesta Alvaro

Aberta Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência

Com uma cerimônia no Plenário, o Senado iniciou ontem a III Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. A sessão deliberativa foi aberta às 14h30 pelo 1º secretário do Senado, Efraim Moraes. Na abertura do evento, foi executado o Hino Nacional pelo maestro João Carlos Martins, que, depois, regeu o Coral do Senado na música *Aleluia*, do compositor Georg Friedrich Handel.

Quinze senadores se revezaram na tribuna

para participar da homenagem requerida pelo senador Paulo Paim, que falou da necessidade de se respeitar os direitos das pessoas com deficiência, da importância da Semana de Valorização, realizada desde 2005, e das medidas implementadas pelo Senado para atender às necessidades especiais das pessoas com deficiência. O ministro das Comunicações, Hélio Costa, também discursou e lançou, oficialmente, os selos dos Correios em homenagem às ações do

Senado sobre o tema.

Depois da sessão, o 1º secretário, acompanhado pelo presidente dos Correios, Carlos Henrique Almeida Custódio, inaugurou, no Salão Negro do Congresso, a exposição de painéis de pessoas ilustres e desconhecidas, do Brasil e do exterior, portadoras de algum tipo de deficiência, dando início à campanha “Pessoas que fizeram a diferença, pessoas que fazem a diferença. E você, que diferença pode fazer?”

EFRAIM MORAIS

O senador Efraim Moraes (DEM-PB) destacou as realizações do Senado em relação a adaptações físicas e tecnológicas em benefício das pessoas com deficiência, como rampas de acesso, banheiros adaptados, ampliação de espaços de circulação, triciclos motorizados, intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e criação da Sala de Acessibilidade (com computadores especiais para as pessoas com deficiência). Além disso, afirmou Efraim, o Senado adaptou seu *site* na internet para o acesso de deficientes visuais, criou uma audioteca na Biblioteca do Senado e adquiriu equipamentos que permitem a impressão no alfabeto braile.

PAULO PAIM

Paulo Paim (PT-RS) comemorou o fato de mais pessoas estarem lutando pelos direitos das pessoas com deficiência. Segundo o parlamentar, que preside a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a principal meta do Congresso Nacional passou a ser a aprovação da Convenção Internacional para Pessoas com Deficiência. O estatuto que define os direitos dessa camada da população deve continuar sendo debatido, para ser aprovado no momento apropriado. Paim cumprimentou o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que, na Presidência do Senado, foi o responsável pela realização das três semanas de valorização da pessoa com deficiência.

HÉLIO COSTA

O ministro das Comunicações, Hélio Costa, festejou o lançamento de selo e carimbo da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) comemorativos do programa do Senado de Acessibilidade e Valorização das Pessoas com Deficiência. Hélio Costa destacou ainda a publicação pelo Ministério das Comunicações da Portaria 310/06, que estabelece os critérios e cronograma de implantação dos recursos de acessibilidade no serviço de radiodifusão de sons e imagens: inclusão de janela com intérprete de Libras, legenda para atender as pessoas com deficiência auditiva e recurso de audiodescrição, que consiste na descrição de cenários para atender as pessoas com deficiência visual.

ALVARO DIAS

Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou o fato de a violência urbana e os acidentes de trânsito continuarem provocando seqüelas em boa parte da população brasileira. – As estatísticas são alarmantes e traduzem um quadro desolador. A violência nas cidades e nas estradas brasileiras dizima seres humanos em número comparável a países conflagrados – lamentou. O senador destacou algumas propostas de sua autoria que ampliam os direitos dos portadores de deficiência, como o PLS 105/07, que altera a legislação do Imposto de Renda (IR) para incluir o *diabetes melito* entre os agravos cujos portadores são isentos do IR sobre os proventos da aposentadoria ou reforma.

EDUARDO AZEREDO

O papel da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) foi destacado pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), ao frisar que a entidade oferece educação especial em escolas regularmente constituídas e incluídas em suas comunidades para mais de 300 mil jovens em 2 mil municípios do Brasil. Para atender a esse contingente, a Apae conta com mais de 50 mil trabalhadores e 30 mil voluntários, a maioria voltada para o cuidado às pessoas com deficiência mental e múltipla.

O senador lembrou que a Lei 7.853/89, ao estabelecer a política nacional para essa parcela da população, determinou que os sistemas educacionais da União, dos estados e dos municípios incluíssem as escolas especiais no sistema regular de ensino.



Na cerimônia de abertura da 3ª edição do evento, o maestro João Carlos Martins rege o Coral do Senado

LÚCIA VÂNIA

A realização pelo Senado da III Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência foi elogiada pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), destacando que um dos maiores desafios dessa parcela da população continua sendo a inserção no mercado de trabalho. Ela citou pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que informa ter o Brasil cerca de 24,5 milhões de habitantes com algum tipo de deficiência. Desse total, afirmou a senadora, 6 milhões estão na idade economicamente ativa: 1 milhão no mercado de trabalho informal e cerca de 160 mil com empregos regulares. – A maior parte das pessoas com algum tipo de deficiência está à margem do mercado de trabalho – alertou Lúcia Vânia.

EDUARDO SUPPLY

De acordo com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), está sendo cumprida apenas parcialmente a lei que determina que empresas com mais de cem empregados destinem de 2% a 5% de suas vagas para pessoas com deficiência. Suplicy disse que 310 mil postos de trabalho para deficientes seriam abertos apenas pelos estabelecimentos com mais de mil funcionários.

O parlamentar afirmou que as empresas, ao empregarem pessoas com deficiência, acabam por rever seus aspectos de trabalho, adequando-se aos empregados. Ele lamentou o fato de as pessoas com deficiência ganharem R\$ 100 a menos que a média dos brasileiros.

ALOIZIO MERCADANTE

Aloizio Mercadante (PT-SP) homenageou o pianista paulista João Carlos Martins, que começou seus estudos aos oito anos com o professor José Kliass, e após nove meses venceu o concurso da Sociedade Bach de São Paulo. Seus primeiros concertos conquistaram a crítica musical brasileira. Aos 18 anos foi escolhido no Festival Casals para o Recital Prêmio em Washington. Aos 20 anos estreou no Carnegie Hall. Tocou com as maiores orquestras norte-americanas e gravou a obra completa de Bach para piano. Mercadante destacou a garra e a força de vontade do pianista, que se manteve em atividade mesmo depois de ter perdido os movimentos dos dedos de uma das mãos.

MARISA SERRANO

Na avaliação da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), o apoio às pessoas com deficiência é uma “questão unânime” no Senado.

– Nesta Casa, qualquer projeto que venha apoiar as instituições [de assistência às pessoas com deficiência] sempre vai ter o apoio dos senadores. Sabemos das necessidades do nosso povo e de pelo menos 10% dos cidadãos brasileiros que têm algum tipo de deficiência – assinalou.

Em aparte, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) destacou a atuação de atletas com deficiência em competições paraolímpicas e saudou a realização do evento promovido pelo Senado Federal.

HERÁCLITO FORTES

Heráclito Fortes (DEM-PI) fez menção a Verônica Calheiros, esposa do ex-presidente do Senado, Renan Calheiros. Conforme o parlamentar, ela “teve a idéia de quebrar a carapaça da insensibilidade e da frieza arquitetônica da Casa”. Heráclito referiu-se ao fato de a criação da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, em 2005, ter sido iniciativa de Verônica.

Tendo participado das atividades das semanas anteriores, ele disse ser testemunha da capacidade de superação das pessoas às quais “o destino deu algumas limitações”.

– Só não há jeito para os deficientes de espírito – ironizou o senador.

Leopoldo Silva



Hélio Costa (E), ministro das Comunicações; Carlos Henrique Custódio, da ECT; Efraim e César Borges apresentam selo

CRISTOVAM BUARQUE

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou ontem, em discurso, que a valorização das pessoas com deficiência passa pelo respeito, pelo fim do preconceito e pela compensação das dificuldades geradas pelas deficiências.

– A maior demonstração é a capacidade de valorizar e compensar as deficiências que alguns de nós têm sobre outros – avaliou. Cristovam elogiou o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e sua esposa, Verônica Calheiros, por terem idealizado a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. O senador do Distrito Federal disse ainda que o analfabetismo, que atinge 16 milhões de brasileiros, também pode ser considerado uma deficiência.

MARCELO CRIVELLA

As conquistas alcançadas pelo governo Lula no resgate da dignidade e na promoção da defesa dos direitos das pessoas com deficiência foram destacadas por Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Como exemplos de avanços na área, o senador citou a edição do Decreto de Acessibilidade (nº 5.296/04), que estabelece a acessibilidade ao meio físico, aos meios de transporte, à comunicação e à informação para pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.

Crivella mencionou também a publicação do Decreto 5.626/05, que regulamenta a lei da Libras – Língua Brasileira de Sinais –, criando normas e prazos para a inserção obrigatória da Libras no sistema educacional.

INÁCIO ARRUDA

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou reconhecer o esforço do poder público em prol da pessoa com deficiência, mas pregou a intensificação das ações destinadas a dar a essa parcela da população brasileira melhores condições de participar da vida em todos os seus aspectos. O parlamentar defendeu uma mudança cultural que permita aos portadores de deficiência serem vistos como são e não da perspectiva de seres supostamente normais.

– Nós pensamos que somos normais, mas isso tem de mudar. É nosso papel contribuir para que os portadores de deficiência tenham convívio familiar e social – pregou Inácio Arruda, ele próprio irmão de um tetraplégico.

MAGNO MALTA

Magno Malta (PR-ES) agradeceu a Deus, em pronunciamento em Plenário, “pela oportunidade de participar desse momento tão significativo da sociedade brasileira”, referindo-se à sessão de ontem que homenageou a III Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Para ele, foi “um momento muito importante”, no qual se mostrou o valor, para a sociedade, desse contingente da população.

O representante do Espírito Santo citou o exemplo de uma amiga que, na cadeira de rodas, trabalha e tem formação em dois cursos de terceiro grau. Citou também o caso de muitos “que estragam sua vida nas drogas”.

FLEXA RIBEIRO

Os costumes da sociedade evoluem, mas as pessoas com deficiência ainda são alvo de preconceito e discriminação, conforme observou o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

– A xenofobia e o racismo, por exemplo, já são quase universalmente rejeitados. Há, porém, uma frente de luta pelo fim das discriminações em que ainda engatinhamos, sobretudo em países cujas instituições civis e republicanas estão por se construir. Essa frente de luta é a da efetivação dos direitos das pessoas com deficiência – avaliou o parlamentar. Flexa Ribeiro saudou também a entrada em funcionamento de unidade do Hospital Sarah Kubitschek na capital paraense.

SERYS SLHESARENKO

Serys Slhessarenko (PT-MT) elogiou a iniciativa do Senado de realizar a III Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, lembrando que na última segunda-feira foi comemorado o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

– Valorizar a diferença é fundamental para a construção de uma sociedade justa e igualitária, que respeita as diferenças e que dá oportunidade a todo indivíduo – declarou a senadora.

Infelizmente, lamentou, a sociedade brasileira não é inclusiva, mas sim segregacionista, por colocar “à margem de seu desenvolvimento” todos que apresentam “alguma diferença”, seja de cor da pele, orientação sexual, gênero ou deficiência.

Apuração descarta participação da Polícia Legislativa em espionagem

A Polícia do Senado concluiu, após a realização de inquérito interno instaurado para investigar denúncia publicada pela revista *Veja* do dia 5 de dezembro, que não houve uso da estrutura do órgão para investigar qualquer senador. De acordo com a revista, a Central Única Federal dos Detetives do Brasil, com escritório em Brasília, teria sido acionada pela Polícia do Senado para levantar informações financeiras sobre o senador Marconi Perillo (PSDB-GO).

A investigação da Polícia Civil de Goiás, feita a pedido de Marconi, descartou a participação da Polícia Legislativa na suposta “arapongagem”. Além disso, segundo nota divulgada pela Polícia do Senado, os próprios detetives particulares citados pela revista negaram ter sido procurados por qualquer integrante da instituição.

A nota diz ainda que “houve a utilização espúria da imagem da Polícia do Senado para a consecução de interesses que devem ser melhor investigados”, e solicita o prosseguimento da investigação por parte

dos órgãos competentes para que se apure “quem auferiu, de forma indecorosa, ganhos com a referida reportagem”.

A instauração do inquérito dentro da própria Polícia Legislativa foi determinada pelo presidente interino, Tião Viana, que solicitou o encaminhamento de suas conclusões ao Ministério da Justiça. O inquérito será encaminhado hoje ao Judiciário, de acordo com a nota. O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP), informou que passará as informações à Polícia Federal.

Marconi chegou a solicitar que a denúncia fosse incluída em representação contra Renan Calheiros (PMDB-AL) que apurava se o então presidente do Senado teria utilizado um funcionário da Casa para levantar informações a respeito do próprio Marconi e de Demostenes Torres (DEM-GO). A representação, no entanto, foi arquivada por determinação do presidente do Conselho de Ética, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), após a absolvição de Renan pelo Plenário em um outro processo.

Senado assina contrato de US\$ 32 milhões com o BID para segunda fase do Interlegis

Em cerimônia coordenada pelo 1º secretário do Senado, Efraim Moraes (DEM-PB), realizada ontem, foi assinado contrato entre a Casa, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o governo brasileiro tendo como beneficiário o programa Multifase de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico. O BID participa com empréstimo de US\$ 32 milhões nesta segunda fase do programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo, que tem entre seus objetivos a atualização tecnológica de mais 3.200 casas legislativas.

Também está prevista a aquisição do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) das instituições que ainda não possuem registro. Um quarto das mais de 5 mil câmaras municipais brasileiras não está ainda registrado no CNPJ.

Como exemplo do trabalho da primeira fase do Interlegis, Efraim citou o Censo do Legislativo, “um levantamento tão

completo que nem mesmo o IBGE realizou igual”. O representante do BID, José Luiz Lupo, disse que o Interlegis é um programa bem-sucedido que vai fortalecer a democracia, e apresentou o novo gerente do BID para o Interlegis, o equatoriano Carlos Cordobés. Como representante do governo, participou a procuradora da Fazenda Nacional Sônia Portela.

Cartilha para eleições municipais

Efraim e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Marco Aurélio Mello, assinaram protocolo de intenções para a impressão de uma cartilha de orientação ao eleitorado quanto à importância das eleições municipais. A publicação será distribuída no próximo ano pelos tribunais regionais eleitorais.

Participaram da cerimônia o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, e representantes da Unilegis e do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), idealizador da publicação.



Agaciel Maia (E), o representante do BID, José Luiz Lupo, e Efraim Moraes na assinatura do contrato

Jane Araújo

Medidas de combate às emissões de gases do efeito estufa, com controle de desmatamentos e queimadas, são propostas de documento elaborado por Casagrande

Relatório pede adoção de Política Nacional de Mudanças Climáticas

A adoção de uma Política Nacional de Mudanças Climáticas é uma das principais propostas do relatório da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas. De autoria do senador Renato Casagrande (PSB-ES), o documento deve ser votado hoje, às 14h.

Casagrande disse em seu relatório que o Brasil precisa adotar medidas vigorosas de combate às emissões de gases do efeito estufa, controlando os desmatamentos e as queimadas que colocam o país em quarto lugar entre os que mais poluem a atmosfera com o gás carbônico. De acordo com o relator, estão começando as negociações para o segundo período de compromisso do Protocolo de Kyoto, pós-2012, e, em consequência, aumentam as pressões para que países em desenvolvimento, como o Brasil, a Índia e a China, assumam metas de redução de emissões de gases poluentes.

O documento também propõe que o Congresso passe a ter uma comissão mista permanente sobre mudanças climáticas – tendo em



Casagrande sugere a criação, no Congresso, de comissão permanente sobre o assunto

vista que esse problema, conforme Casagrande, exige soluções coordenadas e de longo prazo – e, juntamente com o Executivo, passe a estimular práticas responsáveis, no sentido de estabelecer padrões de consumo que reduzam a pressão gerada pela ação individual sobre o meio ambiente. Outras recomendações contidas no relatório são: fomento de pesquisas científicas e tecnológicas; elaboração de mapa nacional de vulnerabilidade às mudanças climáticas no

país, conjugando aspectos como saúde, agricultura, zona costeira, ecossistemas, biodiversidade e energia; implementação de uma política vigorosa das mudanças climáticas; e incorporação da variável mudanças climáticas nas estratégias de desenvolvimento para o país, dentro do Plano Plurianual (PPA), do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do zoneamento ecológico-econômico e do plano diretor de ordenamento territorial.

Nas recomendações setoriais, o destaque é a Amazônia. O senador disse que, se nada for feito pela região, entre 40% e 45% da bacia amazônica estará desmatada até 2050, o que implicaria emissões de gases poluentes da ordem de oito a dez vezes o que se pretende evitar com o Protocolo de Kyoto. Por isso, ele recomenda a adoção de políticas e estratégias para eliminar o desmatamento ilegal, como o estabelecimento de mecanismos de compensação para financiar a preservação das florestas brasileiras.

Casagrande quer regulamentar mercado de carbono

Outro ponto destacado por Renato Casagrande em seu relatório é a necessidade de regulamentação sobre o mercado de carbono, com o objetivo de estabelecer a natureza jurídica das Reduções Certificadas de Emissões (RCE), definindo o regime tributário aplicável à espécie.

Na agricultura, conforme o senador, devem ser promovidas campanhas sobre o uso racional de insumos agrícolas que impliquem emissão de gases de efeito estufa e políticas agressivas de incentivo às práticas agrícolas sustentáveis, tais como plantio direto, integração lavoura-pecuária e sistemas agrícolas, silvestres e pastoris.

Pela sustentabilidade

O relator Renato Casagrande sugere políticas agressivas de incentivo às práticas agrícolas sustentáveis, tais como:

- plantio direto
- integração lavoura-pecuária
- sistemas agrícolas, silvestres e pastoris



O relatório trata ainda da energia elétrica, recomendando a adoção de políticas e estratégias para aumentar a participação das fontes renováveis (eólica, solar e biomassa) na matriz energética. Outras proposições setoriais sugerem a adoção de medidas para zonas costeiras, cerrado, educação ambiental, institutos de pesquisa, área de transportes, saneamento e meio ambiente urbano.

O relator pede prioridade para cinco projetos de lei que tramitam no Congresso, ressaltando que são importantes medidas para ajudar na solução da grave questão do aquecimento global: os projetos de

lei da Câmara (PLCs) 261/07; 479/07; 494/07; 6.910/06; e 5.979/01. O senador destacou ainda a PEC 19/00, de Jefferson Péres (PDT-AM), que cria o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; e o projeto de lei complementar da então senadora Marina Silva – atual ministra do Meio Ambiente – que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para estados que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas (PLP 351/02).

A comissão promoveu reuniões em Brasília e nos estados, além de audiências públicas no Congresso. O prazo para funcionamento do colegiado é até 22 deste mês. Ao fazer um balanço do que foi discutido, Casagrande afirmou que, no Brasil, a matriz energética é extremamente limpa, com forte participação de fontes renováveis, mas os efeitos das emissões decorrentes de mudanças do uso da terra são graves.



Comissão presidida por Cristovam Buarque garante piso salarial para categoria

Aprovada licença para atualização de profissionais de educação

Os profissionais da educação básica pública poderão ter direito a uma licença sabática de pelo menos um ano, a cada sete anos de trabalho, para atualização profissional. A medida consta de projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto (CE).

O projeto (PLS 433/07) foi acolhido na forma de substitutivo do relator, Cícero Lucena (PSDB-PB). Além da licença sabática, o texto modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para incluir, entre as medidas de valorização dos profissionais de educação, a garantia de vencimento igual ou superior ao Piso Salarial Profissional Nacional.

A comissão aprovou ainda parecer favorável ao PLC 78/07, proveniente do Poder Executivo, que também modifica a LDB,

para estabelecer que a União, o Distrito Federal, os estados e os municípios deverão promover, em regime de colaboração, a formação inicial, continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. Relatada pela senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), a proposição recebeu apoio de Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que se disse envergonhada com os atuais índices da qualidade de ensino no país.

Outro projeto com parecer favorável, o PLC 60/07, cujo relator foi Cícero Lucena (PSDB-PB), assegura o atendimento psicológico e de assistência social aos estudantes das escolas públicas de educação básica. Segundo emenda do relator, o atendimento será prestado preferencialmente por psicólogos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e por assistentes sociais ligados aos serviços públicos de assistência.

Criação da TV pública brasileira será tema de audiência na CE

A criação da TV pública brasileira, estabelecida pela Medida Provisória 398/07, será debatida em audiência pública da Comissão de Educação (CE). Requerimento nesse sentido, dos senadores Raimundo Colombo (DEM-SC) e Marisa Serrano (PSDB-MS), foi aprovado ontem pela comissão.

Deverão ser ouvidos, entre outros, o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Franklin Martins; o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Daniel Slaviero; e o presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Maurício Azedo.

– Existem países onde a televisão pública é um sucesso e outros onde ela não tem qualidade e funciona como um cabide de empregos. Por isso, consideramos importante conhecer a proposta

do governo e aprofundar o debate da questão – disse Colombo.

Também foi acolhido requerimento de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) que pede a realização de audiência pública para discutir a “preocupante classificação de estudantes brasileiros” no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) de 2006. O senador solicita a participação no debate do ministro da Educação, Fernando Haddad.

Outro requerimento aprovado, de autoria do presidente da comissão, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), solicita audiência para discutir os problemas enfrentados por alunos superdotados. A CE acatou ainda requerimento de Augusto Botelho (PT-RR) e Cícero Lucena (PSDB-PB) para a realização de audiência pública sobre o projeto que regulamenta o exercício da enfermagem.